



PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL

CUMPRIMENTO DO TETO DE GASTOS NO ÂMBITO DO SENADO FEDERAL

O teto de gastos da União foi instituído pela Emenda Constitucional nº 95/2016, a qual estipulou, a partir do ano de 2017, limites para as despesas primárias dos Órgãos por vinte exercícios financeiros. A base de cálculo desses limites são os valores totais pagos em 2016 (incluindo os restos a pagar pagos), corrigidos por 7,2% para 2017 e, para os exercícios posteriores, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA referente ao período de doze meses encerrado em junho do exercício anterior a que se refere a lei orçamentária.

Além disso, nos três primeiros exercícios financeiros da vigência do Novo Regime Fiscal (2017 a 2019), o Poder Executivo poderia compensar, com redução equivalente em suas despesas, o excesso de despesas primárias em relação aos demais limites previstos no art. 107 da referida Emenda Constitucional.

A tabela a seguir apresenta os limites estipulados para o Senado Federal (com e sem compensação pelo Poder Executivo) e os valores efetivamente pagos em cada ano, evidenciando o cumprimento do teto de gastos pela Casa desde o início da vigência do Novo Regime Fiscal da União:

Exercício	Percentual de correção	Limite do Senado para despesas primárias	Compensação pelo Poder Executivo	Limite com compensação pelo Poder Executivo (A)	Valores pagos (inclui restos a pagar) (B)	Percentual do teto atingido (B/A)
2016					3.729.919.948,75	
2017	7,20%	3.998.474.185,00	24.230.729,00	4.022.704.914,00	3.899.573.041,27	96,94%
2018	3,00%	4.118.428.411,00	28.111.139,00	4.146.539.550,00	3.993.013.254,96	96,30%
2019	4,39%	4.299.227.418,00	29.345.218,00	4.328.572.636,00	4.205.590.922,67	97,16%
2020	3,37%	4.444.111.382,00	-	4.444.111.382,00	4.153.267.586,49	93,46%
2021	2,13%	4.538.770.955,00	-	4.538.770.955,00	(exercício ainda em curso)	

Fonte: Tesouro Gerencial. Considera as despesas primárias (excluídas despesas financeiras com RP "0").